



Do controle aos direitos: a agenda de população e desenvolvimento no Brasil três décadas após o Cairo

Danielle Cireno Fernandes*

MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. E-book (PDF). ISBN 978-65-997182-9-8.

Lançado em 2026, *Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil*, organizado por Richarlls Martins e Paula Miranda-Ribeiro, chega ao público em um momento de rara convergência simbólica para o campo demográfico brasileiro. A obra celebra quatro marcos históricos entrelaçados: o centenário de Elza Salvatori Berquó, nascida em 17 de outubro de 1925, em Guaxupé, Minas Gerais; os trinta anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD, Cairo, 1994), os trinta anos da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD); e os cinquenta anos da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep). Reunindo mais de 70 autoras e autores distribuídos em 30 capítulos e mais de 800 páginas, a obra não se pretende uma mera coletânea comemorativa. Trata-se, como indicam os organizadores nas notas introdutórias, de um processo público para reflexão e ação, um balanço crítico das transformações demográficas brasileiras e das respostas institucionais construídas ao longo de três décadas.

A tese central que atravessa a coletânea é clara: a agenda de população e desenvolvimento consolidada a partir da Reunião do Cairo representou uma inflexão paradigmática, ao deslocar o debate do controle quantitativo da população para a centralidade dos direitos humanos, da autonomia reprodutiva e da justiça social. Protagonista ativo nesse

* Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil (daniellecf@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-5048-7724>).

processo, o Brasil experimentou transformações demográficas aceleradas, como a queda da fecundidade, o envelhecimento populacional e a redução da mortalidade que, embora expressivas em termos agregados, convivem com desigualdades estruturais persistentes e novos desafios. Esta resenha argumenta que o principal mérito da obra é articular, em uma mesma plataforma, o balanço histórico rigoroso, a análise interseccional da diversidade populacional brasileira e a avaliação do papel das instituições científicas e estatais na produção e implementação dessa agenda.

A figura de Elza Berquó atravessa o volume como fio condutor ético e intelectual. O capítulo de Margareth Arilha e Alberto Jakob (2026), intitulado “O papel pioneiro de Elza Berquó na saúde sexual e reprodutiva”, reconstitui com densidade analítica a trajetória de uma cientista que fez da demografia um instrumento de emancipação. Formada em matemática, mestre em estatística e doutora em bioestatística pela Universidade Columbia, Berquó consolidou na Faculdade de Saúde Pública da USP um modo próprio de fazer ciência, marcado pela interdisciplinaridade, pela inovação e pelo comprometimento social. Ao questionar as perspectivas neomalthusianas dominantes nos anos 1960 e 1970, ela propôs uma leitura social e política da população, deslocando o foco do crescimento demográfico como causa da pobreza para as estruturas de poder e exclusão como determinantes do subdesenvolvimento. No Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que fundou em 1982 e que, desde 2014, leva seu nome, consolidou uma agenda de pesquisa que articulou saúde reprodutiva, gênero, raça e direitos ao longo de décadas. Como integrante da delegação oficial no Cairo, ao lado de Jacqueline Pitanguy, Elza teve papel central na construção dos capítulos que definiram a saúde reprodutiva e os direitos sexuais como dimensões fundamentais da cidadania. Do Cairo, retornou para idealizar a CNPD, cuja presidência exerceu em seus primeiros anos. A obra acrescenta um serviço adicional de memória ao incluir, em sua quarta parte, o inédito relatório de atividades da gestão de Berquó à frente da Comissão, documento que ainda não havia sido publicado e que possui valor histórico inestimável.

A primeira grande contribuição analítica da obra é documentar, com rigor histórico e estatístico, a profundidade e a velocidade das transformações demográficas brasileiras. Como demonstram Turra e Fernandes (2026), no capítulo sobre os fundamentos teóricos e as evidências históricas da transição demográfica, o país atravessou um processo extremamente acelerado: o que a Europa levou um século para processar, o Brasil realizou em menos de cinquenta anos. Esse fenômeno é analisado em detalhes por Wong e Verona (2026), em sua síntese de um século de história dos níveis da fecundidade brasileira. A taxa de fecundidade total, que ultrapassava seis filhos por mulher nos anos 1960, encontra-se hoje abaixo do nível de reposição, estimada em cerca de 1,6 filho por mulher pelo Censo de 2022. A queda foi tão rápida que superou as próprias projeções da época. Como recorda Sawyer (2026) em seu posfácio, no início dos anos 1990, a maioria dos demógrafos ainda apostava que o patamar de reposição seria alcançado somente entre 2015 e 2020.

No campo da mortalidade, Queiroz e Calazans (2026) documentam avanços expressivos na esperança de vida ao nascer, que saltou de 48,5 anos, em 1950, para cerca de 76 anos, em 2024, com redução significativa da mortalidade infantil, que caiu de 143 para cerca de 11 óbitos por mil nascidos vivos no mesmo período. Os autores, porém, são enfáticos ao apontar que os números gerais mascaram profundas desigualdades regionais e por grupos populacionais. Enquanto o Sul e o Sudeste se aproximam dos padrões de países desenvolvidos, o Norte e o Nordeste ainda enfrentam níveis elevados de mortalidade por doenças infecciosas, por causas externas e doenças cardiovasculares. A mortalidade materna permanece uma vulnerabilidade estrutural grave, evidenciada pelo não cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pelo aumento durante a pandemia de Covid-19, fato que expõe iniquidades regionais extremas. Os desafios atuais, concluem os autores, não residem mais primariamente no acesso geral à saúde, mas na qualidade e na equidade do cuidado, sendo este requisito essencial para que o próximo ciclo de ganhos na longevidade seja sinônimo de maior justiça social.

As transformações migratórias são analisadas por Cunha e Baeninger (2026) em capítulo que demonstra como o Brasil consolidou, no século XXI, um perfil migratório qualitativamente distinto do que prevaleceu no século anterior. Se o século XX foi marcado pelos grandes fluxos rurais-urbanos e pelas migrações nordestinas em direção ao Sudeste industrial, o século XXI é caracterizado pela complexificação e pela pluralidade dos movimentos populacionais de desconcentração metropolitana, interiorização, mobilidade pendular e, sobretudo, a inserção definitiva do Brasil na rota das migrações transnacionais Sul-Sul. A aprovação da Lei de Migração em 2017 representa um avanço normativo nesse processo. Os autores apontam, contudo, que muitas décadas se passaram e boa parte da migração ainda pode ser compreendida pelas grandes desigualdades regionais persistentes no país, uma constatação que os leva a invocar, com melancolia produtiva, a continuidade da saga descrita por João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina*, poema que retrata a migração retirante no Brasil. Ainda hoje, muita gente se desloca não por livre escolha, mas impulsionada pelas necessidades mais básicas de moradia e trabalho.

As transformações das famílias brasileiras são examinadas por Vieira, Garcia e Almeida (2026), a partir da inovação representada pelo Plano de Ação do Cairo, que reconheceu a diversidade e a complexidade dos arranjos familiares reais, em contraste com conferências anteriores que ainda operavam com idealizações eugênicas sobre tamanhos ideais de família. O capítulo documenta as profundas mudanças ocorridas desde os anos 1990, como a redução do tamanho médio das famílias, o crescimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o aumento das uniões consensuais e a diversificação dos arranjos domésticos, conectando essas transformações às políticas públicas necessárias para enfrentá-las. As autoras apontam que, em um contexto de fecundidade cada vez mais baixa, o debate sobre a família tende a retomar protagonismo na agenda demográfica latino-americana. Nesse cenário, o Consenso de Montevidéu de 2013 representa um avanço

normativo regional mais ousado que o próprio Cairo em temas como direitos reprodutivos de adolescentes e orientação sexual.

As desigualdades geracionais são analisadas por Camarano e Silva (2026), em capítulo que recusa tratar crianças, jovens e idosos como problemas isolados ou grupos concorrentes. Partindo da constatação de que a queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida, de 52,5 para 76,4 anos entre 1960 e 2023, alteraram profundamente o contrato social baseado na solidariedade intergeracional, as autoras analisam as vulnerabilidades específicas de cada etapa do ciclo de vida. A análise parte da pobreza infantil e do acesso desigual à educação de qualidade, passa pelo desemprego juvenil e pela alta proporção de jovens que não estudam nem trabalham, especialmente entre mulheres negras, e chega ao envelhecimento acelerado, que pressiona os sistemas de previdência e de cuidados antes que o país se torne rico. O capítulo defende políticas públicas integradas e intergeracionais, destacando que a Política Nacional de Cuidados representa um avanço institucional relevante ao reconhecer o cuidado como direito e dimensão estruturante da proteção social. Sua efetividade, porém, dependerá da capacidade de coordenação federativa e do financiamento público sustentável.

Se há um gesto teórico-político que unifica os 30 capítulos da obra, é a recusa em tratar a população como substantivo abstrato ou homogêneo. No capítulo sobre raça e o ODS 18, voltado ao monitoramento da igualdade étnico-racial, Silva *et al.* (2026) documentam que a população negra passou de 47,5% para 55% da população entre 1991 e 2022, tornando-se maioria demográfica do país, sem que isso se traduzisse em igualdade de condições. Em 2023, por exemplo, enquanto 27,4% dos brancos possuíam ensino superior completo, esse percentual era de apenas 12,9% entre negros, razão que, mesmo crescendo, não alcança metade. A proposição do ODS 18, formalizado por Portaria Conjunta em setembro de 2025, é analisada como iniciativa que posiciona explicitamente o enfrentamento ao racismo no centro das estratégias de desenvolvimento sustentável. Cobo Soares (2026), por sua vez, revela no campo de educação e trabalho um paradoxo da discriminação estrutural de gênero: as mulheres, mesmo sendo mais escolarizadas que os homens, apresentam taxa de participação na força de trabalho cerca de 20 pontos percentuais abaixo. Essa diferença está relacionada, entre outros fatores, à sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado: em média, as mulheres dedicam mais de 20 horas semanais a afazeres domésticos e cuidados, o dobro do tempo despendido pelos homens. São ainda as mulheres negras o grupo mais afetado pela precarização do trabalho, combinando as desvantagens de gênero e raça em uma sobreposição que o mercado formal ainda não aprendeu a enfrentar.

O capítulo de Arilha, Valongueiro e Carvalho (2026), sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, oferece um balanço ao mesmo tempo criterioso e politicamente comprometido de trinta anos de avanços e retrocessos nesse campo. As autoras demonstram que, se os anos 1990 e 2000 foram marcados por progressos significativos, como a ampliação do acesso a métodos contraceptivos, criação de políticas de saúde integral da mulher e reconhecimento institucional dos direitos reprodutivos no âmbito do SUS, a partir de 2009

tornou-se crescentemente visível a rearticulação de forças conservadoras e religiosas capazes de obstaculizar ou reverter esses avanços. O período atravessou sete presidentes e 21 ministros da Saúde, evidenciando a fragilidade institucional que se materializa em descontinuidades programáticas. O auge dessa tensão ocorreu sob o governo Bolsonaro, cujas políticas produziram retrocessos agudos na saúde sexual e reprodutiva, agravados pela pandemia de Covid-19. O capítulo conecta esse diagnóstico ao fenômeno mais amplo analisado por Rosado Nunes, Bandeira e Angelini (2026): a transformação do Brasil de país católico em nação cristã, processo traduzido na consolidação de uma aliança parlamentar inter-religiosa – com frentes evangélica e católica somando cerca de 200 integrantes cada no Congresso Nacional –, que atua estrategicamente na restrição de direitos sexuais e reprodutivos nas esferas federal, estadual e municipal. O Censo de 2022, que registrou a queda dos católicos para 56,7% da população e o crescimento dos evangélicos para 26,9%, não significa pluralismo religioso crescente, mas antes a reorganização do campo conservador em torno de uma agenda cristã comum que desafia diretamente os avanços normativos do Cairo.

Um dos aspectos mais originais da coletânea é a atenção dedicada às instituições que tornaram possível a agenda. A terceira sessão examina o papel da Abep, dos quatro programas de pós-graduação em demografia e da CNPD. Azeredo (2026) demonstra que produzir dados demográficos não é tecnicismo neutro, mas condição de possibilidade para o exercício de direitos. Martins (2026), ao analisar os trinta anos da CNPD, criada em 1995, extinta em 2019 e refundada em 2024, oferece um alerta necessário: a institucionalidade democrática em torno da agenda de população é uma conquista frágil, sujeita a ciclos políticos. Esse diagnóstico se conecta às preocupações retratadas no posfácio de Sawyer (2026), que identifica pelo menos três grandes desafios contemporâneos: o fim do bônus demográfico e o envelhecimento acelerado, que impõem pressão inédita sobre os sistemas de proteção social; a revolução tecnológica e as transformações promovidas pela inteligência artificial, que criam o paradoxo de oferecer soluções produtivas enquanto ampliam riscos de exclusão para idosos e trabalhadores de baixa qualificação; e a sustentabilidade ambiental, que torna a dinâmica populacional inseparável das mudanças climáticas cada vez mais imprevisíveis. O espírito do Cairo, conclui Sawyer, permanece válido, mas suas ferramentas precisam ser urgentemente atualizadas.

Gomes da Silva e Lena (2026) examinam, no capítulo dedicado à diversidade sexual e de gênero, a trajetória dos estudos populacionais brasileiros diante dos compromissos assumidos no Cairo e aprofundados no Consenso de Montevidéu (2013). Os autores demonstram que a própria noção de “população”, pilar da demografia, foi historicamente construída sob uma matriz heteronormativa. Nesse contexto, a ausência de categorias capazes de reconhecer orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas não configura omissão neutra, mas resulta de disputas morais e epistemológicas presentes no próprio Estado. Os avanços, contudo, são reais: o Censo Demográfico de 2022 identificou 480 mil casais do mesmo sexo conviventes no país, enquanto a Pesquisa Nacional de

Saúde passou a incorporar variáveis relativas à orientação sexual. Ainda assim, os autores identificam um regime de visibilidade condicional, no qual os dados sobre sexualidade podem ser produzidos apenas até o limite imposto pelo estigma social, de modo que o silêncio estatístico também constitui uma informação política. O capítulo defende, portanto, um giro epistemológico: a passagem de uma demografia centrada na contagem para uma demografia orientada pela desigualdade, capaz de articular estatística, narrativas e teorias críticas.

A face mais extrema da exclusão social brasileira é confrontada por Simão e Freitas (2026) no capítulo “Vidas à margem: motivos e significados atribuídos ao viver nas ruas”. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas em seis municípios mineiros, as autoras demonstram que os caminhos que conduzem à vida nas ruas raramente são lineares, entrelaçando fatores estruturais (desemprego, ausência de moradia digna), biográficos (rupturas familiares, saúde mental, uso abusivo de substâncias) e relacionais (discriminação de gênero e de orientação sexual). O contingente de pessoas em situação de rua mais que dobrou entre 2015 e 2022, passando de aproximadamente 101 mil para 281 mil indivíduos, evidenciando o caráter estrutural, e não conjuntural, da pobreza extrema no país. O estudo revela, ainda, que a experiência na rua transcende a ausência de domicílio, implicando a negação sistemática de direitos fundamentais à alimentação, à saúde, à segurança e ao reconhecimento da própria humanidade. As autoras concluem que a superação dessa condição exige políticas integradas e intersetoriais, articuladas aos ODS da Agenda 2030. A inclusão da população em situação de rua nas análises demográficas constitui, assim, não apenas uma exigência técnica, mas também um imperativo ético de visibilidade social.

Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil é uma obra monumental, não apenas pelo tamanho, mas sobretudo pela ambição intelectual e política que a anima. Seu principal mérito é articular, em uma mesma plataforma, o balanço histórico rigoroso das transformações demográficas brasileiras, a análise interseccional das desigualdades que as atravessam, a homenagem ao centenário de Elza Berquó como cientista que moldou o campo e a avaliação do papel das instituições científicas e estatais na produção e implementação da agenda de população e desenvolvimento. Naturalmente, uma obra de tal magnitude não está isenta de limitações, como a heterogeneidade analítica inevitável, consequência natural da extensão e do número de autores, e a ausência de um capítulo integrador que dialogue transversalmente com os achados das quatro sessões, lacuna que o leitor percebe ao percorrer a publicação. Essas limitações, contudo, são inerentes ao gênero coletânea e não comprometem o valor global da obra. Recomenda-se sua leitura não apenas a demógrafos e cientistas sociais, mas também a gestores públicos, ativistas e estudantes interessados em compreender o Brasil do século XXI a partir de sua dinâmica populacional e, sobretudo, em fazê-lo com um olhar comprometido com a justiça social, os direitos humanos e a afirmação da ciência como ferramenta para a construção do bem comum.

Referências

- ARILHA, M.; JAKOB, A. O papel pioneiro de Elza Berquó na saúde sexual e reprodutiva. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 696-713.
- ARILHA, M.; VALONGUEIRO, S.; CARVALHO, A. A. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos no Brasil: trajetórias e futuros incertos. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 391-450.
- AZEREDO, C. A produção de dados e o legado da CIPD no Brasil. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 593-641.
- CAMARANO, A. A.; SILVA, E. R. A. Gerações e desigualdades no Brasil: desafios para crianças, jovens e idosos. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 318-342.
- COBO SOARES, B. Educação e trabalho na agenda de população e desenvolvimento: conquistas e desafios 30 anos pós-Cairo. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 277-300.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Migração, migrações: facetas do fenômeno migratório e suas características no Brasil no século XXI. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 216-256.
- GOMES DA SILVA, S. A.; LENA, F. F. Diversidade sexual e de gênero e a Agenda de População e desenvolvimento no Brasil: 30 anos após o Cairo. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 476-500.
- MARTINS, R. 30 anos da CNPD: o necessário debate sobre institucionalidade, população, desenvolvimento e capacidades estatais no Brasil. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026, p. 753-791.
- MIRANDA-RIBEIRO, P. O Cedeplar diante dos desafios da agenda de população e desenvolvimento: o ensino de Demografia, a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento das capacidades institucionais. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 683-695.
- QUEIROZ, B. L.; CALAZANS, J. A. Mudanças recentes na mortalidade no Brasil: tendências e desigualdades em três décadas. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 183-215.
- ROSADO NUNES, M. J.; BANDEIRA, O.; ANGELINI, C. Do país católico à nação cristã do Censo 2022: a construção de um espaço simbólico de dominação e embate em torno do gênero. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 368-390.
- SAWYER, D. O. Posfácio: Cairo 30+, entre o legado e a reconfiguração do futuro. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e**

construindo o Brasil. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 814-818.

SILVA, T. D.; SILVA, L. P.; LOURETO, E. H. S.; DJÚ, I. Raça no debate sobre população e desenvolvimento e o papel do ODS 18. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 501-517.

SIMÃO, A. B.; FREITAS, L. M. Vidas à margem: motivos e significados atribuídos ao viver nas ruas. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026, p. 570-592.

TURRA, C.; FERNANDES, F. A transição demográfica no Brasil: fundamentos teóricos e evidências históricas. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 111-149.

VIEIRA, J. M.; GARCIA, S. M.; ALMEIDA, I. O Programa de ação do Cairo e as famílias brasileiras no século XXI. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 343-367.

WONG, L.; VERONA, A. P. Antes e depois de Cairo-94: síntese de um século de história dos níveis da fecundidade brasileira. *In*: MARTINS, R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. (Org.). **Populações e desenvolvimento: 30 anos pensando, repensando e construindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2026. p. 150-182.

Sobre a autora

Danielle Cireno Fernandes é doutora em Sociologia pela University of Wisconsin-Madison, com pós-doutorados pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora titular do Departamento de Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG). Coordenadora da Rede de Saúde Sexual e Reprodutiva da Associação Latino-Americana de População (Alap) e membro da International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) e Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso). Pesquisadora mineira da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e laureada com o Prêmio Opas/OMS (EpiLab, 2026).

Endereço para correspondência

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Departamento de Demografia
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte-MG, Brasil